

Bancos se comprometem a apresentar no dia 13 proposta geral às reivindicações da categoria

A sexta rodada de negociações da Campanha Nacional Unificada, realizada nesta terça-feira (4), foi marcada por críticas da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) ao conjunto das cláusulas econômicas, da minuta de reivindicações da categoria bancária.

A Fenaban também sugeriu que a PLR não deveria ser reajustada, uma vez que os bancos possuem programas próprios de remuneração variável, apontando que o lucro do setor bancário está sofrendo com a escalada de concorrência com outros atores no sistema financeiro nacional.

O Comando Nacional das Bancárias e dos Bancários rebateu, deixando claro que a PLR não se relaciona com os programas próprios e que não abre mão da valorização da PLR. “Os programas próprios não podem substituir a PLR. Cada banco define seu programa próprio, o que tem a ver, em alguns casos, com a venda de produtos. São importantes, mas são complementares, e nem podem substituir ou serem usados para reduzir o valor da PLR”, destacou a coordenadora do Comando, Juvandia Moreira.

O movimento sindical registrou que, ainda que a Convenção Coletiva de Trabalho preveja a possibilidade de distribuir até 15% do lucro líquido, os grandes bancos privados distribuem, em média, um percentual de 5,9%.

Quanto às críticas da Fenaban ao conjunto das cláusulas econômicas, o Comando rebateu que a minuta reflete as reivindicações de diversos segmentos do setor bancário. “Inclusive, a minuta é uma defesa contra o movimento, iniciado em meados da década de 1990, por vários setores, de redução da remuneração fixa (direta ou indireta), que vem sendo substituída pela remuneração variável que, no geral, é baseado em metas e pressão”, completou Juvandia Moreira, que também é presidenta da Contraf-CUT.

Após um pedido de pausa para almoço, a Fenaban retornou dizendo que irá apresentar, na próxima rodada de negociações, dia 13 de agosto, uma proposta geral para todas as reivindicações, incluindo reajustes na remuneração, igualdade de oportunidades, saúde e condições de trabalho.

Entre os principais pontos de reivindicação da categoria nas cláusulas econômicas estão o aumento real (reposição da inflação mais 5% de reajustes) nos salários e demais verbas; valorização da PLR; aumento maior para va/vr; adoção do salário mínimo necessário do Dieese (R\$ 7.999,44) como piso da categoria; e criação de um piso para os profissionais da TI.

Atendimento Jurídico (quinta-feira 06/08)

A advogada Paula Baptista, do escritório Baptista & Reis Advogados Associados, estará em atendimento presencial na sede do sindicato, nessa quinta-feira, dia 06/08, das 15h às 18h30, esclarecendo dúvidas sobre as áreas trabalhista, cível e previdenciária.